



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Seguridade social no Brasil.

AS CONSEQUÊNCIAS DA OBRA DO VLT NA COMUNIDADE ALDACIR BARBOSA EM FORTALEZA

**VIRGINIA MÁRCIA ASSUNÇÃO VIANA¹
MARIA ERCILIA MENDONÇA MAIA²
RAPHAEL MARTINS E MARTINS³**

Resumo: Este artigo analisa as mudanças ocorridas na comunidade Aldacir Barbosa localizada na Cidade de Fortaleza, Ceará, após 2010, momento em que comunidade passou a ser ameaçada de remoção devido à obra do VLT- Veículo Leve Sobre Trilhos. Obra apontada, pelo poder público, como fundamental à realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Todavia, no limiar do ano de 2018, a obra não foi concluída, o que fortalece a nossa hipótese de que a Copa foi utilizada para justificar o aprofundamento da segregação socioespacial. Este trabalho resulta de pesquisa bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, assim como de observação participante.

Palavras-chave: Cidade; Comunidade Aldacir Barbosa; Fortaleza; Segregação socioespacial.

Abstract: This article analyzes the changes that took place in the Aldacir Barbosa community located in the City of Fortaleza, Ceará, after 2010, when the community was threatened with removal due to the work of the VLT - Light Vehicle on Rails. This work was pointed out by the public authorities as fundamental to the 2014 World Cup games. However, at the 2018 threshold, the work was not completed, which strengthens our hypothesis that the World Cup was used to justify the deepening socio-spatial segregation. This work results from bibliographical research, based on historical-dialectical materialism, as well as participant observation.

Keywords: City; Community Aldacir Barbosa; Fortress; Socio-spatial segregation.

1. INTRODUÇÃO

Neste presente artigo, pretendemos analisar as mudanças ocorridas na comunidade Aldacir Barbosa⁴, após a cidade de Fortaleza ter sido escolhida como sub-sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA⁵ 2014, para tanto nos

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: <erciliamaia@gmail.com>

² Profissional de Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará.

³ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará.

⁴ A referida comunidade se localiza na fronteira entre os bairros de Fátima e Aeroporto, tendo como limites as Avenidas Borges de Melo e Aguanambi, na área da Secretária Executiva Regional IV, vivendo as famílias à mais de 50 anos junto a linha férrea Parangaba/Mucuripe;

⁵ FIFA - Fédération Internationale de Football Association, organização de caráter mundial.

focaremos na obra do Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT⁶ e sua incidência sobre a comunidade estudada. O VLT foi uma das principais obras de mobilidade urbana vinculada à realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Fortaleza.

Em verdade, as chamadas “obras da Copa” constituem-se em álibis para justificar um amplo processo de reestruturação do espaço urbano mundo afora. Reestruturação do espaço urbano que é decorrente da reestruturação produtiva. Os chamados “grandes eventos” estão sendo utilizados, desde as Olimpíadas de Barcelona (1992), como catalisadores que possibilitam mobilizar amplos recursos, necessários à realização de tal monta.

A obra atravessou vinte e dois bairros, da cidade atingindo comunidades em seu caminho, comunidades essas ameaçadas de remoção justamente por causa dessa obra. Algumas delas conseguiram continuar no território, após anos de organização, resistência e lutas, mas é preciso entender em que condições as famílias dessas comunidades permaneceram e como está se dando sua inserção urbana.

Mesmo permanecendo em seus territórios, as famílias das “comunidades dos trilhos”⁷ tiveram suas vidas modificadas em diversos aspectos como: a poluição sonora e do ar ocasionadas pela construção das obras; pelas mudanças ocorridas no trânsito, assim como no acesso ao transporte público; e no acesso às políticas públicas; entre outros.

Para a construção deste artigo, lançando mão de pesquisa bibliográfica e de observação participante, utilizamos o materialismo histórico-dialético como fundamento metodológico, pois o mesmo nos permite estudar o referido objeto como algo historicamente construído e que está em permanente transformação (MINAYO, 2010).

A ameaça de remoção teve um papel indutor na opção das famílias da comunidade Aldacir Barbosa de lutarem para permanecerem em suas

⁶ O VLT, também chamado de metrô de superfície, é um modal de transporte de média capacidade, comportando um número de passageiros maior do que veículos de passeio e o ônibus. (IACOVINI, 2014).

⁷ Assim são designadas, nos espaços de articulação das lutas e resistências, às comunidades que, nas últimas décadas se formaram e permaneceram ao redor da linha férrea Parangaba-Mucuripe.

moradias. Porém, mesmo com as diversas vitórias alcançadas a partir da sua organização, resistência e luta, existiram significativas perdas que impactaram nas vidas das famílias. Entre essas perdas estão: a demolição do Centro de Cidadania Presidente Médici em 2012; a demolição da Creche de idêntico nome em 2016; a remoção de 90 famílias; os já citados aumento da poluição do ar e sonora e o aumento do tráfego de veículos. Analisaremos, neste artigo, as consequências dessas transformações. Não podemos, contudo, abordar o processo vivenciado pelas famílias da referida comunidade sem entendermos como a mesma se relaciona com a cidade.

Estamos presenciando, nas últimas décadas, a transformação das cidades em mercadoria⁸. Com Fortaleza não é diferente. Não estamos, com isso, chamando a atenção para a venda de parcelas da cidade (fenômeno que emerge com a propriedade privada da terra), e sim para o fato da cidade mesma está sendo transformada em produto, entrando nos circuitos da mercadoria.

Faz-se necessário, por conseguinte, compreender qual o lugar da classe trabalhadora na cidade transformada em mercadoria. É necessário indagar também quais eram os reais objetivos das obras planejadas em nossa cidade com o objetivo de receber a Copa de 2014. A obra do VLT, que, em 2018 ainda está em andamento, poderia ter sido considerada como necessária aos jogos do mundial de futebol em nossa cidade? Essas são questões que tentaremos elucidar no decorrer do artigo.

2. FORTALEZA: COMO SURTIU E CRESCERU?

Para melhor analisarmos os impactos da obra do VLT na comunidade Aldacir Barbosa, é preciso conhecermos o processo de formação da cidade de Fortaleza.

⁸ Para uma abordagem mais detida sobre a transformação da cidade em mercadoria, ver Harvey (2013) e Vainer (2013).

O Ceará teve seu povoamento tardio, acontecendo apenas a partir do século XVII, ocasionado devido à sua localização e ao fato das tribos indígenas serem as mais arredias do Brasil Colônia, como também, sendo este o motivo principal, por razões econômicas, já que o território não tinha ouro nem prata, assim como não era adequado para a plantação de cana-de-açúcar. (FARIAS, 2009). De forma que, apenas em 1603, Pero Coelho de Souza realizou sua expedição e construiu o Forte de São Tiago, às margens do Rio Ceará. No mesmo século, em 1649, os holandeses, comandados por Matias Beck, construíram, às margens do Rio Pajeú, o Forte de Schoonenborch, porém, os mesmos foram expulsos pelos portugueses em 1654. O forte passou a se chamar Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Foi ao redor do forte que se formou o povoado que, em 1726, assumiu a condição de vila, com o nome de Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Na verdade, porém, não era mais do que um pequeno núcleo, à margem do rio Pajeú. Apenas em 1823, foi elevada à condição de cidade, com o nome de Fortaleza de Nova Bragança.

As secas se constituíram em um importante indutor do processo de povoamento e expansão territorial de Fortaleza. Ocasionadas por aspectos naturais (a falta de chuvas) e tendo seus efeitos agravados por aspectos econômicos e sociais (os latifúndios).

A primeira grande seca que impactou a cidade de Fortaleza ocorreu no período entre 1877 e 1879. Segundo Crispim, Magalhães, Nobre, (2014), mais de 100 mil flagelados chegaram à capital fugindo da seca que assolava o interior do estado. A reação do governo à chegada dos mesmos foi à construção de abarcamentos⁹ nas áreas mais periféricas da cidade, tendo como objetivo isolar e controlar os flagelados que conseguiam chegar à Fortaleza. Na seca de 1915, os abarcamentos foram renomeados, passando a

⁹ Palhoças onde se tentava prestar assistência sanitária às pessoas e fornecer-lhes comida. (MAIA, 2016, p. 41).

serem chamados de campos de concentração¹⁰, porém, tinham praticamente os mesmos objetivos de controlar e isolar.

A partir de 1930, começaram a surgir às primeiras favelas, uma vez que os retirantes das secas precisavam de um lugar para morar. Os referidos aglomerados urbanos foram se constituindo sem nenhuma infraestrutura, sem abastecimento de água ou fornecimento de energia elétrica, por exemplo. (SILVA, 1992). Nas décadas seguintes, a cidade continuou seu crescimento urbano desordenado, com o aparecimento de outras favelas.

A comunidade Aldacir Barbosa, abordada neste artigo, se localiza entre os bairros de Fátima e Aeroporto e começou seu processo de ocupação na década de 1960.

3. COMUNIDADE ALDACIR BARBOSA: UMA HISTÓRIA DE ORGANIZAÇÃO E LUTAS.

O bairro de Fátima¹¹, onde se localiza a comunidade Aldacir Barbosa, é dos que mais tem crescido nas últimas décadas, sofrendo fortemente com a especulação imobiliária, reforçada pela construção de diversos condomínios e com o fortalecimento do comércio, resultando no aumento no custo de vida das pessoas que nele residem.

Exceto por sua localização, numa área privilegiada da cidade, a comunidade Aldacir Barbosa pouco se diferencia, quanto às condições de infraestrutura, das demais comunidades da cidade. As primeiras famílias chegaram na década de 1960.

Tomando como base os relatos dos moradores, evidencia-se que seus primeiros ocupantes eram oriundos do interior do estado. Vieram, à Fortaleza,

¹⁰ Tinham como objetivo concentrar a população que chegava à cidade fugindo da seca. (MAIA, 2016, p. 41).

¹¹ O bairro de Fátima, surge oficialmente no ano de 1956, um ano após a inauguração da Igreja Nossa Senhora de Fátima, e tem seu processo de expansão muito ligado a essa importante Igreja. Até aquele momento a região era uma grande fazenda do Coronel Pergentino Ferreira Maia. Segundo o blog “bairro de Fátima: 50 anos”, a partir de uma entrevista com o Rei dos Negros, um dos mais antigos moradores do bairro de Fátima, o Coronel Pergentino fez a doação do terreno para a construção da Igreja e da praça em frente à mesma, e que, após isso, muita gente quis ir morar no bairro de forma que o coronel ganhou muito dinheiro com a venda dos terrenos. (MAIA, 2016)

a procura de melhores condições de vida. Como nos mostram as pesquisas realizadas acerca da comunidade por Oliveira (2014) e por Maia (2016), o início do processo de ocupação apresentou dificuldades várias, exigindo dos seus novos moradores uma enorme capacidade de resistência e perseverança. A paisagem da área era constituída por mata e pela linha férrea. O processo de produção do espaço da comunidade ocorreu de forma espontânea, sem nenhuma organização prévia, motivado por esta necessidade mais elementar, a de ter onde morar.

A comunidade sofreu uma primeira tentativa de remoção durante o Governo Virgílio Távora¹², quando, segundo relatos de moradores mais antigos (MAIA, 2016), a dona Maria Melo teria se declarado proprietária da área e levou a polícia até o local para promover a retirada forçada das famílias e a destruição de suas moradias.

Os mesmos relatos que falam dessa tentativa também ressaltam a importância do “professor” Moraes¹³ no processo de organização da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Aldacir Barbosa que com seu incentivo e apoio, foi fundada em 1980.

A comunidade experienciou diversas transformações neste mais de meio século de existência. As mudanças vão desde a melhoria da qualidade das moradias, passando pela infraestrutura (fornecimento público de água, acesso à energia elétrica), até a chegada de outros serviços públicos e privados.

Mas, nos últimos anos, em especial após 2010, a comunidade vem passando por uma nova fase na sua existência. A partir do final do ano citado, as famílias têm sido ameaçadas de remoção devido às obras de construção do

¹² Apesar do relato de mais de um morador da comunidade sobre essa tentativa de remoção e sobre o papel de Virgílio Távora na permanência das famílias, não é possível precisar a data em que isso ocorreu. O que se pode afirmar é que essa tentativa aconteceu na década de 1970 pelo fato de, nos relatos, os moradores ressaltarem a importância do apoio da direção do Centro Comunitário Presidente Médici, equipamento social somente inaugurado em 1972.

¹³ Professor Moraes ou João Nogueira de Moraes foi diretor do Centro Comunitário Presidente Médici, inaugurado em 1972 e demolido pela Prefeitura de Fortaleza em 2012. Sem sombra de dúvida foi, este professor, figura importante na organização política e social da comunidade.

Túnel da Avenida Borges de Melo¹⁴ e de adaptação da antiga linha férrea Parangaba-Mucuripe para a passagem do Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT. Foram anos marcados por um intenso processo de organização, resistência e luta¹⁵. Seus moradores dedicaram incontáveis horas em reuniões comunitárias, assim como em articulações com outras comunidades atingidas pelas chamadas obras da Copa, de Fortaleza e de outras cidades sedes.

A obra do VLT vem causando diversas mudanças na vida da comunidade, que vai desde a desapropriação das casas para a realização das obras à demolição da Creche Municipal Presidente Médici, a mesma foi demolida para a construção do Túnel da Avenida Borges de Melo.

Em 2012, o Centro de Cidadania Presidente Médici¹⁶ foi demolido pela Prefeitura de Fortaleza para a construção de um Centro Urbano de Cultura e Arte da Regional IV. No entanto, o candidato vitorioso nas eleições daquele ano, Roberto Cláudio, decidiu não construir o equipamento naquele local e cedeu parte do terreno para que a Polícia Federal o transformasse em estacionamento. Deste modo, um equipamento social, que por mais de 4 décadas atendeu milhares de famílias, possibilitou o acesso a assistência

¹⁴ O referido túnel é uma obra complementar a do VLT, pois possibilitará que o mesmo passe pela Av. Borges de Melo, o trânsito não precisará ser contido para a passagem dos vagões do VLT.

¹⁵ Logo no início do projeto, a comunidade decidiu que não faria o cadastro social, que não permitiria que o Governo do Estado do Ceará e suas terceirizadas entrassem na comunidade para fazer o cadastramento das famílias, nem a medição e avaliação das moradias. Esta resistência teve seu auge na noite do dia 02 de agosto de 2011, quando o próprio governador do Estado do Ceará, naquela época Cid Ferreira Gomes, foi até a comunidade, com o objetivo dele mesmo realizar o trabalho que as equipes técnicas não estavam conseguindo fazer. Aquela visita não foi nada tranquila. A comitiva do Governador contava com dezenas de policiais, alguns sem nenhuma identificação, bem como com a presença de Secretários Estaduais e técnicos do Estado e das empresas terceirizadas. (MAIA, 2016). Não é possível, para os limites deste trabalho, expor de modo satisfatório esta rica experiência de luta, para uma abordagem mais detida, conferir Maia, 2016.

¹⁶ Inaugurado em 1972, com o nome de Centro Comunitário Presidente Médici, posteriormente denominado de Centro Social Urbano Presidente Médici e, no momento de sua demolição, sob o nome de Centro de Cidadania Presidente Médici, equipamento naquele momento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social da PMF, o CSU foi fundamental no processo de organização da associação de moradores da comunidade estudada. Papel fomentador esse de organização comunitária ainda presente em 2012, pois, entre as atividades realizadas pela assistente social do equipamento, Ana Neide Soares de Oliveira, destacava-se o de prestar assessoria socioassistencial às associações de moradores das comunidades de sua área de abrangência.

social, ao lazer, a cursos profissionalizantes, a cultura, a educação, foi transformado num estacionamento de polícia.

Em 2013, a pressão estatal sobre as famílias da comunidade continuava forte, ao mesmo tempo em que, a partir das lutas, mudanças no projeto inicial do VLT eram encaminhadas, de modo a reduzir o número de famílias que teriam suas casas demolidas, diminuindo de 250 para 80. Mas, mesmo com as mudanças, as famílias ainda não tinham realizado o cadastro social. Foi somente em assembleia geral da comunidade, realizada em 20 de março de 2013, que as famílias resolveram fazer o cadastro social. (MAIA, 2016).

Nessa mesma reunião, foi decidido que todas as ações do Governo do Estado na comunidade seriam feitas através de Termos de Compromisso entre a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Aldacir Barbosa (representando a comunidade) e a Procuradoria Geral do Estado (representando o Governo do Estado do Ceará). (MAIA, 2016, p. 94).

A partir da decisão das famílias de realizar o cadastro social, foram feitas as avaliações dos imóveis e, em seguida, a negociação do valor dos mesmos. De forma que, no início de 2014, as primeiras residências começaram a ser demolidas, deixando entulhos e muita sujeira na comunidade. Mesmo com as vitórias conseguidas pela luta, 80 casas foram demolidas, causando a divisão de famílias, a separação de vizinhos de décadas.

Em 2016, a creche municipal Presidente Médici, que se localizava no mesmo terreno do CSU, foi demolida para a construção do túnel na Av. Borges de Melo. A referida creche atendia as comunidades Aldacir Barbosa e Maravilha, assim como, as famílias do bairro Vila União. A mesma foi construída no início dos anos 2000¹⁷ e atendia crianças de 1 ano e meio a 4 anos de idade.

A obra que era apresentada pelo Governo do Estado como muito importante para que a cidade recebesse os jogos da Copa do Mundo 2014 ainda não foi finalizada. Em alguns trechos, como é o caso daquele situado na

¹⁷ Não conseguimos, junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza, obter dados sobre o ano da inauguração da creche, bem como o número de crianças atendidas.

área da comunidade Aldacir Barbosa, ainda falta ser colocada o terceiro trilho, assim como, a obra do túnel da Av. Borges de Melo ainda está sendo executada.

Enquanto escrevemos este artigo, a comunidade vivencia consequências concretas. A obra do VLT aprofundou a segregação socioespacial, já vivenciada pela mesma, desde a chegada das primeiras famílias, ainda na década de 1960. Na madrugada do dia 09 de janeiro de 2018, uma chuva de vinte minutos resultou no alagamento de casas da comunidade, alagamento este ocasionado pela construção de calçadas de concreto e pelo muro de contenção do VLT. O referido muro tem 2 metros de altura e está a uma distância de 1 metro das moradias.

Este muro é ainda símbolo do agravamento da segregação vivenciada pelas famílias, pois, não bastando à Prefeitura de Fortaleza ter demolido o Centro de Cidadania Presidente Médici e a Creche Municipal Presidente Médici, a comunidade agora tem prejudicado seu acesso à Unidade de Atenção Primária à Saúde Dr. Roberto Silva da Bruno. O mesmo também causou a divisão da comunidade em duas, dificultando a passagem de um lado para o outro do trilho, o que, a longo prazo, causará a falência de diversos comércios nos dois lados.

Para a comunidade, a maior vitória foi à permanência de 80% das famílias no território, bem como a previsão de construção do conjunto habitacional para as famílias removidas pelo VLT no terreno do antigo Centro de Cidadania Presidente Médici. Todavia, anos depois das negociações com o Governo do Estado, da assinatura de 04 Termos de Compromisso, que regulamentavam a relação entre comunidade e poder público, o que presenciamos, no dia-a-dia da comunidade, é um processo de aprofundamento das expressões da “questão social”¹⁸, acirrado pela expansão da segregação socioespacial ocasionada pela referida obra.

¹⁸ “A gênese da *questão social* na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposta à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do trabalho livre, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e

4. AS CIDADES E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.

A comunidade estudada faz parte de todo um contexto no qual as cidades, em geral, vêm vivenciando nas últimas décadas.

Como destaca Carlos (1992), a cidade é uma realização humana e histórica, de forma que as mesmas têm características diversas e estão relacionadas ao modo de produção e às relações de poder.

Apesar das cidades serem bem anteriores ao processo de expansão do capitalismo no mundo, em especial com a revolução industrial, passaram a ser fortemente determinadas pelo modo de produção capitalista, pela relação contraditória entre capital e trabalho, ou seja, entre os donos dos meios de produção (a burguesia) e aqueles que vendem sua força de trabalho (o proletariado). “O processo de urbanização foi marcado pela segregação e as desigualdades sociais, tanto no espaço físico como no processo de sociabilidade sob o comando da classe dominante capitalista”. (MAIA, 2016, p. 30).

O processo de urbanização moderna começou, portanto, na Europa com a revolução industrial, a partir do final do século XVII¹⁹. No clássico A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, Friedrich Engels ressalta a importância das grandes indústrias no surgimento de novas cidades:

O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa edificação; eles devem morar próximos e juntos – e por isso onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila. [...]. Assim, da vila nasce uma pequena cidade e de uma pequena, uma grande cidade. Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens que ela oferece. Surgem ferrovias, os canais e as estradas. (ENGELS, 2010, p. 64-65).

A expulsão e/ou fuga dos camponeses para as cidades e sua transformação em trabalhadores constituem-se em elemento central no fortalecimento da sociedade industrial nascente, que necessitava de mão de

lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais”. (IAMAMOTO, 2012, p. 156, grifo da autora).

¹⁹ Não se tem data precisa porque não foi uma revolução que teve um marco inicial.

obra abundante e barata. Como já dito anteriormente, a cidade do capital é uma cidade caracterizada por uma forte segregação socioespacial, tendo como uma das suas principais características, a mercantilização da terra urbana, resultando, como consequência, na segregação socioespacial, na construção de bairros de ricos e de pobre. O uso do solo urbano, conforme Carlos (1992), está relacionado ao processo capitalista de produção do espaço urbano. A organização socioespacial das cidades está fortemente vinculada ao valor da terra urbana.

A localização dos conjuntos habitacionais construídos pelo poder público na cidade de Fortaleza, nos últimos anos, ilustra bem a promoção da segregação socioespacial por aquele que legalmente deveria combatê-la. Tanto a construção do Conjunto Habitacional Maria Tomásia²⁰, realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, durante a gestão de Luizianne Lins, como a construção, ainda em andamento, do mega Residencial Cidade Jardim, através de parceria entre o Governo do Estado do Ceará e o Governo Federal, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, reproduzem essa lógica. (MAIA, 2016).

O Residencial Cidade Jardim é um conjunto habitacional concebido pelo Governo do Estado, com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, e erguido pela empresa Fujita Engenharia. Ele foi planejado inicialmente para garantir o direito à moradia das mais de 1000 famílias da Comuna 17 de Abril, ocupação organizada pelo MCP²¹ e pelo MST no bairro José Walter, em 2010. Tais famílias da Comuna já estão em suas moradias desde 2014. E por decisão governamental, o que seria uma conquista por moradia se transformou, também, em um grande e fragmentado residencial, cuja proposta é construir mais de 11 mil residências.

A partir de agosto de 2011, este empreendimento foi apresentado às comunidades ameaçadas de remoção, em virtude da construção do VLT, como

²⁰O Conjunto Habitacional Maria Tomásia foi construído para realocação das famílias da Lagoa da Zeza e da Vila Cazumba, o mesmo foi entregue as famílias no final do ano de 2009. As referidas comunidades se localizavam no bairro Luciano Cavalcante, numa área com relativa infraestrutura urbana e social, passando essas famílias a residirem no extremo sudeste da cidade, depois do bairro Conjunto Palmeiras.

²¹A partir de 2012, militantes do MCP, que organizaram a Comuna 17 de Abril, saíram deste movimento, passando a se organizarem na Unidade Classista Luta por Moradia.

o local para o qual seriam reassentadas. Desde o início, as diversas comunidades, entre elas a comunidade estudada, não aceitaram morar lá, continuando a exigir que fossem construídos conjuntos habitacionais próximos às comunidades. (MAIA, 2016). Diversas comunidades conseguiram, por meio da luta, assegurar este direito. Contudo, até o momento, janeiro de 2018, nenhum destes conjuntos teve sua obra iniciada. A falta de repasse de recursos do MCMV3, que vem tendo seu financiamento reduzido desde o final de 2015, é apresentado pelo Governo do Estado do Ceará como o motivo para o atraso na construção dos conjuntos habitacionais das “comunidades do VLT”.

A proposta de realocação das “famílias dos trilhos” para o Residencial Cidade Jardim, distante entre 14km e 18km da área original, não só contraria os moradores das comunidades (IACOVINI, 2015) como afronta a Lei Orgânica do Município, que prevê:

Art 191 – A política de desenvolvimento urbano, a ser executada pelo Município, assegurará:

I – a urbanização e a regularização fundiária das áreas, onde esteja situada a população favelada e de baixa renda, sem remoção dos moradores salvo: a) em área de risco, tendo neste casos o Governo Municipal a obrigação de assentar a respectiva população no próprio bairro ou nas adjacências, em condições de moradia digna, sem ônus para os removidos e com prazos acordados entre a população e a administração municipal;

b) nos casos em que a remoção seja imprescindível para a reurbanização, mediante consulta obrigatória e acordo de pelo menos dois terços da população atingida, assegurando o reassentamento no mesmo bairro. (FORTALEZA, 2017)

Como se pode perceber, a Lei Orgânica do Município garante que, em caso de necessidade de realocação de famílias, as mesmas sejam mantidas no mesmo bairro, bem como que as famílias aceitem a proposta de retirada. No caso do VLT, nenhuma das duas exigências foram cumpridas. A primeira proposta apresentada pelo Governo do Estado às famílias era de desapropriação de suas moradias, desapropriação essa com valores baixos, sob a alegação de que as mesmas não eram proprietárias da terra. (MAIA, 2016). Essa primeira proposta governamental deixou claro que a referida obra teria entre seus objetivos a retirada das “comunidades do trilho”.

Todavia, mesmo o poder público não apresentando nenhuma proposta de reassentamento, desde o início, os moradores apontaram terrenos vazios, próximos às comunidades, que poderiam ser utilizados para os respectivos reassentamentos. O mapeamento de áreas próximas às comunidades também foi utilizado pelas Defensorias Públicas do Estado e da União como forma de garantir o direito à moradia segundo as diretrizes da Lei Orgânica do Município, no seu capítulo sobre Política Urbana.

Vale destacar que não foram poucas as comunidades que participaram, entre os anos de 2006 e 2009, do processo elaborativo do Plano Diretor Participativo de Fortaleza. (PINHEIRO, 2015). Destaque-se, por exemplo, o engajamento de movimentos e entidades da comunidade do Lagamar. Porém, o Plano Diretor foi ignorado, em especial no que se refere às Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), tanto as de ocupação, como as de vazio. As Zeis de vazio poderiam estar sendo utilizadas para o reassentamento, em áreas próximas, das famílias que realmente precisassem ser removidas por causa da obra do VLT.

A obra afeta áreas demarcadas como Zeis, como é o caso da comunidade do Lagamar. De acordo com Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar nº62/2009), a prioridade deveria ser a permanência das famílias com regularização fundiária dessas áreas, e não a remoção. Além disso, o Plano Diretor estabelece que todos os projetos que afetem uma Zeis deverão ser submetidos ao seu Conselho Gestor, composto por representantes dos moradores e do Poder Público. Isso nunca ocorreu no caso do VLT. (FROTA, 2015, p. 159-160).

Destaca Cunha (2014) que os recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH) eram utilizados para o funcionamento de conjuntos habitacionais “construídos sem infraestrutura e na Região Metropolitana de Fortaleza.” (CUNHA, 2014, p. 170). De forma que, os recursos originalmente destinados à construção de moradias populares foram utilizados para “empurrar” as classes subalternas para áreas periféricas da Região Metropolitana de Fortaleza. Estratégia utilizada ainda hoje com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. (PEQUENO; ROSA, 2015).

5. CONCLUSÃO.

Neste artigo, nos desafiamos a continuar estudando, num processo de aproximação sucessiva, o objeto de estudo trabalhado durante a graduação em Serviço Social e que teve como resultado o Trabalho de Conclusão de Curso, sob o título *Comunidade Aldacir Barbosa em Fortaleza: organização, lutas e resistências pelo direito de morar*.

Nesta nova fase da pesquisa, nos dedicamos a estudar as consequências, quanto à efetivação do direito à cidade, que a obra do VLT vem ocasionando na vida das famílias da comunidade.

A cidade de Fortaleza tem passado por diversas mudanças no último decênio, mudanças essas aceleradas a partir de 2009, quando a cidade foi escolhida para sediar alguns jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. O governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Fortaleza aproveitaram o discurso de preparação da cidade para a realização dos jogos para justificar a construção de diversas obras, como a do VLT.

Estamos em 2018, a referida obra, que era apontada, pelo poder público, como fundamental para a realização da Copa, ainda não foi finalizada, fazendo com que esse discurso governamental ruiu-se. Fortalece-se, por conseguinte, a percepção de que a referida obra tinha, dentre seus principais objetivos, retirar as famílias que historicamente ocuparam às margens da Via Férrea Parangaba-Mucuripe. Esta área passou a ser ocupada por frações pauperizadas da classe trabalhadora a partir de 1950, quando a linha férrea representava o “fim da cidade”. Porém, a cidade se expandiu e a região se transformou numa zona com boa infraestrutura urbana e de serviços, abrangendo alguns dos bairros mais valorizados, como Meirelles, Aldeota e Fátima. (IACOVINI, 2015).

Quanto mais nos aprofundamos na análise sobre o VLT e suas repercussões em Fortaleza, em especial na comunidade Aldacir Barbosa, mais parece ficar evidente que a obra tinha sim o objetivo de ampliar a segregação socioespacial. A realização da Copa do Mundo foi utilizada como álibi para

justificar o processo de transformação da cidade, processo esse que começou na década de 1970, juntamente com a flexibilização das relações de trabalho, com o enfraquecimento das políticas sociais no interior dos Estados (Welfare State na Europa).

O avanço da globalização e a adoção das ideias neoliberais ocasionaram a transformação das cidades em mercadoria. Enquanto mercadoria, elas passaram a ser planejadas segundo os objetivos de lucro do mercado. A preparação das cidades brasileiras para realização dos jogos da Copa de 2014 tem forte relação com a transformação da cidade em mercadoria. Sendo assim, as obras de preparação para a Copa eram, na verdade, obras com o objetivo de deixarem as cidades mais atraentes para o mercado mundial de capitais.

6. REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CRISPIM, Andréa Bezerra; MAGALHÃES, Carolina Carneiro; NOBRE, Maria Cristina. Estado, políticas públicas e secas na história do Ceará. In: CUNHA, Aurineida Maria; SILVEIRA, Irma Martins Moroni da. (Org). **Expressões da questão social no Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2014. p. 93-128.

CUNHA, Aurineida Maria. Questão habitacional na cidade de Fortaleza: da gênese às transformações contemporâneas no espaço urbano. In: CUNHA, Aurineida Maria; SILVEIRA, Irma Martins Moroni da. (Org). **Expressões da questão social no Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2014. p. 161-187.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de: B.A Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**: da pré-história ao governo Cid Gomes. 5 ed. Fortaleza: Edições Livro técnico, 2009.

FORTALEZA. Lei Orgânica do Município. **Diário Oficial da Câmara Municipal de Fortaleza**. Fortaleza: 2017.

FROTA, Henrique Botelho. Copa do mundo de 2014 e seu impacto na ordem jurídica: alterações legislativas para viabilizar o megaevento. In: COSTA, Maria Glelia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. (Org). **Fortaleza: impactos da Copa do Mundo 2014**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015. p. 145-162.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil.** São Paulo: Bointempo: Carta Maior: 2013. p. 27-34.

IACOVINI, Victor. Mobilidade urbana, transportes e VLT Parangaba/Mucuripe: histórico, conceitos, conflitos e impactos sócio-espaciais. In: COSTA, Maria Glelia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. (Org). **Fortaleza: impactos da copa do mundo 2014.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015; p. 251-295

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, Maria Ercilia Mendonça. **Comunidade aldacir barbosa em Fortaleza: organização, lutas e resistência pelo direito de morar.** 2016. 134 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará, 2016.

MINAYO, Maria Cecilia de Sousa. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

OLIVEIRA, Jersey A. **A gênese da comunidade Aldacir Barbosa: expropriação, espaço urbano e consciência.** 2014. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Ceará, 2014.

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. Inserção urbana e segregação espacial: análise do programa minha casa minha vida em Fortaleza. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org). **Minha casa ... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. p. 131-164.

PINHEIRO, Valéria. A cidade em movimento: arranjos institucionais, arenas decisórias e resistências urbanas em função do projeto copa em Fortaleza. In: COSTA, Maria Glelia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. (Org). **Fortaleza: impactos da Copa do Mundo 2014.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015; p. 105-143.

SILVA, José Borzaquielo da. **Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza.** Fortaleza: Multigraf, 1992.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil.** São Paulo: Bointempo: Carta Maior, 2013. p. 35-40.